

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Recursos do megaleilão de petróleo excedente devem ir para o Tesouro	6
Título: Nova estatal vai desenvolver projetos de usinas binacionais	8
Título: Decreto do RenovaBio sairá antes de junho	18

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Falta de chuvas deixou rombo de R\$ 4,4 bi que irá para conta de luz	2
Título: Nota	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Acordo de CSN com Caixa pode se estender até março	4
VEÍCULO: Correio Braziliense	4
Título: Elétricos e flex: tecnologias complementares e sustentáveis	4
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Recursos do megaleilão de petróleo excedente devem ir para o Tesouro	6
Título: Nova estatal vai desenvolver projetos de usinas binacionais	8
Título: Estudo propõe um novo modelo para economia de energia	9

Título: Rio projeta expansão de até 20% na arrecadação de royalties de petróleo e gás	11
Título: Leilão de petróleo no México pode gerar US\$ 93 bi de investimentos	12
Título: CSN lança plano para alongar prazo da dívida e ganha respiro	13
Título: BR recupera força da marca após danos da Lava-Jato	15
Título: Shell e ConocoPhillips anunciam lucro no 4º tri de 2017	17
Título: Curtas	18
Título: Decreto do RenovaBio sairá antes de junho	18
Título: Gestores indicam estatais, varejistas e setor financeiro	20

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Falta de chuvas deixou rombo de R\$ 4,4 bi que irá para conta de luz

No ano passado, brasileiro já pagou R\$ 6,14 bi por bandeira tarifária]

A falta de chuvas que fez baixar o nível dos reservatórios das hidrelétricas no ano passado provocou, em 2017, um rombo de R\$ 4,4 bilhões na conta que concentra a arrecadação das bandeiras tarifárias (cobrança excedente quando os reservatórios estão baixos e é necessário ligar as térmicas). Esse déficit deve ser responsável, sozinho, por um aumento médio de oito pontos percentuais nos reajustes das contas de luz dos clientes de distribuidoras que passarão por revisões tarifárias no primeiro semestre. Os cálculos do impacto são da TR Soluções, empresa especializada em tarifas de energia. No ano passado, os consumidores pagaram R\$ 6,14 bilhões a mais nas contas de luz, devido à cobrança da bandeira tarifária, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mesmo assim, o valor arrecadado não foi suficiente para cobrir todo o custo extra decorrente da geração de energia por meio de usinas termelétricas.

Além de mais poluentes, são mais caras e precisam ser acionadas quando chove pouco. Com isso, o déficit na conta das bandeiras tarifárias chegou a R\$ 4,4 bilhões em 2017. Esse valor também é incluído na conta de luz, o que ocorre por meio dos reajustes anuais das tarifas das concessionárias. O reajuste da Light acontece em março, mas não há estimativa oficial sobre o índice. Já para a Enel Distribuição Rio (ex-Ampla), a Aneel propôs aumento de 17,9% — o resultado oficial também sairá em março. O reajuste depende também de outras variáveis, como subsídios, custo de geração de energia e comportamento do dólar. É definido anualmente, de acordo com cada empresa. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 pela Aneel, como forma de recompor os gastos extras com o uso de energia gerada por usinas termelétricas, que é mais cara do que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) e indica o custo da energia em função das condições de geração de eletricidade.

SEM COBRANÇA EXTRA

Quando chove pouco, cai o nível dos reservatórios das hidrelétricas e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas. Foi o que ocorreu ano passado, quando os níveis dos reservatórios registram baixas históricas. Por isso, em outubro, a Aneel aprovou um aumento de 42,8% no valor cobrado pela bandeira vermelha no patamar 2. A taxa extra na conta de luz cobrada nesse caso saiu de R\$ 3,50 para R\$ 5 a cada 100 quilowatts (kWh) consumidos. Na bandeira vermelha 1, são cobrados R\$ 3 a cada 100 kWh. E na bandeira amarela, a cobrança adicional é de R\$ 1. Quando a bandeira verde está em vigor, não há taxa extra nas contas de luz. É essa bandeira que está em vigor em fevereiro, devido ao aumento das chuvas na região das hidrelétricas

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Esqueleto no armário

Dia 20, o TST julgará a chamada hora extra nos repousos semanais remunerados (RSR) da Petrobras. Em jogo, segundo a estatal, um gasto de R\$ 2 bilhões a 5 bilhões. Tudo está previsto num acordo feito nos anos Lula. Segundo Felipe Santa Cruz, presidente da OAB/RJ e advogado da empresa, isso gerava distorções, como salários de R\$ 100 mil a 150 mil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Fernanda Guimarães**Título:** Acordo de CSN com Caixa pode se estender até março

Depois de fechar acordo com o Banco do Brasil para alongar parte de sua dívida, a CSN passa por processo similar, que pode se estender até março, com a Caixa Econômica Federal. Para aceitarem o prolongamento, os bancos cobram mais garantias da companhia, mas o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, segue duro na queda. Comentasse que uma das exigências da Caixa é a venda da fatia da CSN na Usiminas, visto que as ações detidas na concorrente são listadas em bolsa e líquidas. No mês passado, a empresa chegou a sondar investidores para a venda de sua participação da Usiminas por meio de um “block trade” – venda de um lote de ações em leilão na Bolsa –, o que acabou não se materializando. Enquanto não conclui o acordo com a Caixa, a CSN avançou em outra frente: já contratou os bancos (Bank of America Merrill Lynch, Morgan Stanley, Bradesco BBI e BB) para realizar uma emissão externa para buscar recursos para financiar a recompra de até US\$ 750 milhões de seus bônus que vencem em 2019 e 2020. Procuradas, Caixa e CSN não comentaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:** Paulo Sérgio Coelho Bedran**Título:** Elétricos e flex: tecnologias complementares e sustentáveis

Tem sido anunciado que o governo pretende fomentar a comercialização de veículos elétricos e híbridos no país, especialmente os automóveis e os comerciais leves, por meio da redução da alíquota do IPI. Essa medida, se concretizada, virá ao encontro das tendências que se observam na indústria automotiva global que, por sua vez, respondem a legislações ambientais cada vez mais restritivas e a compromissos internacionais — Acordo de Paris — relativos aos limites de emissões de gases geradores do efeito estufa (GEE). E também, claro, atenderá a uma crescente conscientização do consumidor para essas questões.

Os veículos elétricos são, no mundo, a opção do setor de transporte para a redução das emissões de gases geradores de efeito estufa (GEE). A motivação internacional para a eletromobilidade é legítima e sustentável, além de encontrar um ambiente favorável, quanto aos recursos tecnológicos disponíveis.

Atualmente, o preço final de um carro elétrico puro é onerado por uma alíquota de 25% do IPI%. Essa tributação é indubitavelmente um sinal contrário a

qualquer política sustentável de eletromobilidade. Já os veículos elétricos híbridos (motores elétricos e à explosão) são tributados como se fossem movidos somente a motores à explosão, portanto com alíquotas de 7%, 13% e 25%, conforme a “cilindrada” dos seus motores à gasolina.

No entanto, a eletromobilidade no Brasil não pode deixar de considerar os biocombustíveis, em especial o etanol. Essa afirmação não é motivada por um ufanismo tradicionalista e conservador: quando se trata da redução da geração de gases de efeito estufa, o uso do etanol tem um papel excepcional, uma vez que a cana-de-açúcar, durante a sua fase de cultivo, absorve o CO₂ da atmosfera. Esse processo mitiga a geração desse gás feita pelos veículos e por todo o processo industrial que utiliza a queima de combustíveis fósseis. Tem-se aí uma contribuição central e sustentável ao Acordo de Paris.

Assim, a expectativa de resultados do ponto de vista climático e ambiental advindos com a eletromobilidade são convergentes e complementares aos resultados já apresentados pelos biocombustíveis. Como juntar as duas rotas tecnológicas e maximizar esses resultados em linha com os compromissos do Acordo de Paris? Tem-se aí duas oportunidades: a primeira seria a ampla utilização do etanol nos veículos híbridos e a segunda, por meio dos veículos elétricos a célula de combustível (FCV – Fuel Cell Vehicle).

Os veículos automotores híbridos poderiam adotar para os seus motores à combustão motores flex e, portanto, serem capazes de utilizar o etanol e atingirem níveis mais elevados de eficiência. Considerando o ciclo de vida (produção e utilização) do etanol, estudos indicam que a emissão de CO₂ de um híbrido usando o biocombustível seria menor que a de um veículo 100% elétrico.

Outra forma seria pela utilização dos veículos elétricos FCV, que obtêm a eletricidade em uma célula de combustível e que, por sua vez, utiliza o gás hidrogênio para essa finalidade. Esse hidrogênio pode ser abastecido em uma estação externa (gas station) ou provido por um dispositivo que “extraí” o gás do etanol, por exemplo.

Aos que consideram que a tecnologia do veículo elétrico FCV está muito distante, lembro que, no Salão do Automóvel de 2014, uma montadora japonesa expôs o seu modelo FCV (abastecimento externo de H), anunciando que iria comercializá-lo em janeiro do ano seguinte, em Tóquio e em Nova Iorque. Outra montadora já realizou testes no Brasil com um protótipo FCV, usando etanol como fonte de hidrogênio.

Dois são os panoramas que se apresentam: de um lado, o patrimônio de experiência e conhecimento adquiridos no Brasil, com a utilização do etanol

para fins veiculares, por mais de 40 anos, contribuição inestimável das cadeias de produção sucroenergética, automotiva e de bens de capital (máquinas e equipamentos), que será potencializado pelo Renovabio (política de Estado para, entre outros, desenvolver o uso dos biocombustíveis); e, de outro, a inexorável marcha mundial do desenvolvimento das tecnologias de propulsão, na direção da eletromobilidade.

Nesse contexto, longe de serem excludentes, ao contrário, biocombustíveis e eletromobilidade apresentam alta sinergia e complementariedade. A oportunidade está aí. A recente edição da Lei nº 13.576, de 2017 (Renovabio) foi um sinal inequívoco do Governo de apoio aos biocombustíveis. Espera-se que, a nova política industrial automotiva ao promover os avanços ditados pela eletromobilidade, o faça de modo coerente, considerando as possibilidades de utilização dos biocombustíveis, em especial do etanol. É a minha expectativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Recursos do megaleilão de petróleo excedente devem ir para o Tesouro

O "megaleilão" de excedentes da cessão onerosa, previsto pelo governo para se concretizar até o início de julho, pode acontecer paralelamente à discussão da renegociação do contrato firmado entre a Petrobras e a União em 2010 - e que está sendo revisto -, disse, em entrevista durante visita ao **Valor**, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. Isso porque a parte relativa à disputa sobre a renegociação do contrato - se a Petrobras é credora ou devedora da União - ficaria fora da rodada.

A Petrobras assinou em 2010 o contrato da cessão onerosa, comprando o direito de explorar 5 bilhões de barris localizados em seis blocos do pré-sal. A estatal pagou, na época, um valor equivalente a US\$ 8,31 por barril.

A previsão do contrato era de que este seria renegociado em janeiro de 2015, e, desde então, a União e a Petrobras não conseguem entrar em acordo. De um lado, a Petrobras diz ser credora da União, pois, considerando o preço do petróleo no momento das descobertas de óleo, o valor pago foi elevado e deveria ser revisto para um patamar menor. Setores do governo, porém, alegam que a União é que é credora da Petrobras, que deveria ter que repassar ao governo uma quantia adicional.

Mesmo considerando o cenário em que a Petrobras é credora da União - aceito no Ministério de Minas e Energia -, os recursos do "megaleilão" do excedente dessas áreas da cessão onerosa não devem ir para a estatal, caso a parte

relativa à disputa não entre na rodada de julho. "Os recursos devem ir para o Tesouro Nacional", disse Coelho Filho. Segundo ele, o prazo é curto, mas é possível garantir que o leilão ocorra até o início de julho, limite máximo devido às eleições deste ano.

As negociações entre a Petrobras e a União vão seguir paralelamente aos esforços para realização do leilão, segundo o ministro. "Com o leilão, adiamos o problema da negociação do contrato", disse. A ideia é que as partes entrem em "um acordo sobre o que não há acordo", isto é, sobre o montante a ser pago e a forma que esse pagamento será feito, se em óleo ou dinheiro.

Na prática, as partes devem chegar a um acordo sobre qual o valor máximo a Petrobras teria a receber do excedente caso seja considerada credora da União, e quanto esse montante representa em barris de petróleo.

Ao participar de evento em São Paulo, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que a revisão do contrato traz "enorme oportunidade para todos", porque a quantidade de óleo "é muito maior" do que a imaginada em 2010.

O ministro Coelho Filho lembrou que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) calcula que, além dos 5 bilhões de barris da Petrobras, a cessão onerosa tenha um excedente de 6 bilhões a 15 bilhões de barris de petróleo. A ideia é vender apenas uma parcela disso no leilão deste ano, com potencial de uma arrecadação bilionária. Assim, a parcela que a Petrobras calcula ter direito desse excedente permanecerá não licitada e disponível para a companhia no futuro, depois de um acordo.

Nesse leilão, como a Petrobras terá direito de preferência a explorar 30% do que for oferecido, a estatal poderá entrar com sócios privados, que certamente terão grande interesse em entrar na disputa.

Enquanto isso, seguem as conversas para resolver o impasse entre a empresa e o governo. Em 17 de janeiro, uma portaria interministerial criou uma comissão formada por representantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Minas e Energia para concluir a renegociação do contrato de 2010 no prazo de 60 dias. "Não sei se será possível chegar a um entendimento nesse prazo", disse o ministro Coelho Filho.

Segundo Guardia, da Fazenda, a revisão do contrato é a terceira prioridade do governo neste ano, atrás da reforma da Previdência e da privatização da Eletrobras. **(Colaborou Arícia Martins, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Nova estatal vai desenvolver projetos de usinas binacionais**

Nova estatal vai desenvolver projetos de usinas binacionais

A nova estatal que será criada com os ativos da Eletrobras que não podem ser privatizados - Itaipu e Eletronuclear - deve se transformar em uma empresa para desenvolver projetos de hidrelétricas binacionais, disse **o ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, em entrevista ao **Valor**. Ele citou como exemplos projetos já discutidos no passado, mas que não avançaram, como as usinas binacionais com a Bolívia e a Argentina.

Para isso, porém, será necessário resolver como será feita a cisão dos ativos para formar a nova empresa. O projeto de privatização enviado pelo governo ao Congresso diz que a União ficará autorizada a criar uma nova empresa para administrar a Eletronuclear e manter o acordo de Itaipu com o Paraguai. Assim como a Eletrobras, a nova empresa deve ser uma sociedade de economia mista, com participação privada e ações negociadas na bolsa. Na exposição de motivos anexada ao projeto de lei, porém, o governo diz que a criação dessa estatal é uma "sugestão" ao Legislativo.

Nesse cenário da criação da nova empresa, o **Valor** apurou que uma das ideias é que, em um primeiro momento, a nova empresa estatal terá a mesma estrutura societária que a Eletrobras depois da cisão. Depois disso, existe a possibilidade de haver uma troca de ações, de forma que ela se torne 100% estatal.

Não há, no entanto, um consenso no governo sobre isso. Segundo o ministro Coelho Filho, existe uma discussão que questiona se Itaipu é um ativo da Eletrobras (incluindo União e minoritários), ou apenas da União.

"Discute-se se Itaipu é da Eletrobras, ou se é administrada pela Eletrobras, pois todos os investimentos foram feitos pela União", explicou o ministro. Assim, precisará haver um acordo sobre quem ficará com os direitos de comercialização da energia gerada na usina no Brasil.

A discussão ganha mais importância pelo fato de que a partir de 2023, a usina passará a ter um excedente de caixa de US\$ 1 bilhão, devido ao fim do financiamento para construção, de acordo com Coelho Filho.

Em um cenário em que Itaipu seja totalmente da União, a cisão da usina binacional e da Eletronuclear precisaria ser reorganizada, uma vez que os

minoritários da Eletrobras não teriam direito a participação na hidrelétrica. Outro obstáculo se refere à conclusão da obra da usina nuclear de Angra 3, paralisada desde 2015. Para que a usina possa ser viável comercialmente, será necessário um aumento da tarifa da energia gerada.

De toda forma, a ideia é que a nova empresa seja, eventualmente, 100% estatal, e possa se dedicar aos projetos binacionais. Segundo o ministro, esse excedente de caixa de US\$ 1 bilhão que Itaipu passará a ter poderá ajudar no financiamento desses projetos.

Os estudos para a hidrelétrica binacional com a Bolívia são os mais avançados até o momento. Em 2016, foi assinado um acordo de cooperação entre Eletrobras, a estatal boliviana Ende e a Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária da usina de Jirau, no rio Madeira, para avançar nos estudos da hidrelétrica binacional.

A usina, que vai se chamar Guajará-Mirim, também deve ficar no rio Madeira, mas na fronteira com a Bolívia, e deve ter 3 mil megawatts (MW) de capacidade. O empreendimento tem investimento estimado em R\$ 15 bilhões. Além da geração de energia elétrica adicional aos dois países, a instalação da hidrelétrica vai permitir a criação de uma malha hidroviária de 4.200 km navegáveis.

No caso da Argentina, o projeto está mais distante de sair do papel. A ideia do governo anterior, na época da presidente Dilma Rousseff, era construir uma estatal binacional que administraria as futuras hidrelétricas de Garabi e Panambi, que seriam construídas na fronteira entre os dois países, no rio Uruguai.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Estudo propõe um novo modelo para economia de energia

O Brasil corre o risco de não alcançar a meta de economia de energia elétrica traçada para 2030 - redução de 10% do consumo projetado em 2010 para aquele ano, ou uma redução acumulada anualmente de 0,6% - e que compõe a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa de 43% até 2030, apresentada na Conferência Mundial do Clima em Paris, em 2015 (COP-21).

O diagnóstico faz parte de estudo feito no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e que propõe um novo modelo para

aumentar os níveis de eficiência energética do país, com potencial para o alcance do objetivo definido pelo governo.

De acordo com cálculos do estudo, o programa de eficiência energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em que as distribuidoras aplicam compulsoriamente 0,5% da receita anual líquida em projetos de uso racional de energia, alcança apenas 0,08% de economia de energia ao ano. Considerando a média simples das 15 maiores distribuidoras do país, o resultado é de 0,11% ao ano, ainda longe dos 0,6% anuais definidos pelo governo.

"Se continuarmos com essas metas que estão sendo atingidas por esse programa, em média, não vamos chegar ao compromisso firmado", explica o pesquisador do IEE-USP Rinaldo Caldeira, autor de tese de doutorado concluída em 2017 e que sugere a adoção no Brasil de um modelo de títulos de eficiência energética, chamado de "White Certificates". O trabalho, entregue à Aneel, também foi transformado em livro.

O modelo de "White Certificates" prevê que os projetos que obtenham economia de energia (por exemplo, melhoria de gestão do consumo ou substituição de equipamentos ineficientes por outros que consumam menos energia) tenham o volume de energia economizado calculado e aferido por uma certificadora. Com base nessa aferição, a empresa responsável pelo projeto poderá comercializar títulos de eficiência energética.

"Hoje, as distribuidoras são obrigadas a gastar 0,5% da receita com projetos de eficiência energética, o que não é exatamente uma meta de redução do consumo, é uma meta financeira", afirma Caldeira. Segundo ele, se, ao invés de estipular um total financeiro a ser gasto pelas empresas, o governo definisse uma meta de economia de energia a ser alcançada por elas, o resultado do PEE-Aneel seria mais eficaz.

A partir da definição de uma meta, as distribuidoras poderiam comprar títulos de eficiência energética gerados por projetos independentes, ou desenvolver seus próprios projetos, contabilizando a economia obtida, ou comercializando seus títulos.

De acordo com o modelo dos "White Certificates", a taxa interna de retorno de projetos de eficiência energética pode dobrar ou até triplicar, em comparação com os projetos desenvolvidos no modelo atual, desenvolvendo um mercado potencial para as empresas de serviços de conservação de energia. "Não podemos dizer que existe um mercado de projetos de eficiência energética no Brasil hoje", afirma Caldeira.

O pesquisador conta ainda que o governo ou a Aneel poderia definir uma multa, em reais por megawatt-hora (R\$/MWh), para as empresas que não atingissem a meta. Essa multa funcionaria como um "preço-teto" para o valor de comercialização dos títulos de eficiência energética. E a metodologia de verificação da redução de consumo alcançada, sugere ele, pode seguir o protocolo internacional de medição e verificação do desempenho energético (PIMV). O modelo de títulos de eficiência energética já é aplicado em mais de 15 países, entre eles Estados Unidos, Itália, França e Austrália.

Para Jamil Haddad, professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e referência em eficiência energética do país, os mecanismos de comercialização de eficiência energética devem ser estudados mais a fundo pelo Brasil para permitir que o setor ande com "os próprios pés", sem depender apenas de ações e incentivos governamentais. "Seria interessante criar um mercado autossustentável."

Ações de mercado, no entanto, não podem ser o único vetor de desenvolvimento da eficiência energética do país, diz. Também são importantes ações de desenvolvimento tecnológico, legislação que estimule o setor e medidas de comunicação, conscientização e marketing para divulgar os benefícios da eficiência energética.

Haddad propõe o desenvolvimento de um projeto-piloto, envolvendo um ou mais setores industriais, para testar o mecanismo de "White Certificates" no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Rio projeta expansão de até 20% na arrecadação de royalties de petróleo e gás

Depois de crescer 104% no ano passado, quando alcançou R\$ 7,13 bilhões, a receita bruta de royalties e participações especiais do Estado do Rio de Janeiro oriunda da produção de petróleo e gás deve fechar 2018 com aumento entre 18% e 20% frente a 2017. A estimativa é de uma fonte familiarizada com as projeções da Secretaria estadual de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro.

A estimativa leva em consideração não apenas o aumento na produção da Petrobras, mas também a melhoria na cotação do petróleo do tipo Brent, explicou a fonte. Projeção feita pela consultoria Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) aponta para um aumento de 20% na arrecadação de royalties e participações especiais em todo país este ano, na comparação com 2017.

O cálculo leva em consideração uma produção média de petróleo de 2,755 milhões de barris por dia para 2018, o que representaria um avanço de 5% em relação ao volume estimado para o ano anterior. A projeção está baseada num preço médio de US\$ 59,74 por barril de petróleo e numa taxa média de câmbio de R\$ 3,31 por dólar.

Além da receita extra proveniente dos royalties, o governo fluminense tende a se beneficiar de um aumento na arrecadação tributária. A receita obtida com o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já apresenta sinais de recuperação neste início de ano, embora a Fazenda fluminense ainda esteja cautelosa com relação aos números. A receita de ICMS computada até dia 24 subiu 8,9% em termos nominais, na comparação com o mesmo período do ano passado.

No ano passado, o Estado do Rio de Janeiro deixou de investir o percentual mínimo de 25% da receita líquida de impostos na manutenção e desenvolvimento da educação, conforme previsto na Constituição. De acordo com dados publicados na edição de terça-feira do "Diário Oficial" estadual, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os gastos na área de educação alcançaram o patamar de 24,41% da receita líquida de impostos em 2018.

O percentual mínimo obrigatório de recursos aplicados em saúde (12%) foi ultrapassado. Chegou a 12,22%, de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

A receita corrente líquida (RCL) do governo fluminense somou R\$ 50,19 bilhões entre janeiro e dezembro do ano passado. O resultado primário, levando-se em consideração as despesas empenhadas no período, foi negativo em R\$ 6,2 bilhões.

Dentro da área financeira do governo do Rio de Janeiro, há uma expectativa de que 2018 seja melhor do que o ano passado, mas o rombo orçamentário previsto para este ano é de R\$ 10 bilhões, já levando em consideração a expansão nas receitas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Leilão de petróleo no México pode gerar US\$ 93 bi de investimentos

O México assegurou em torno de US\$ 93 bilhões em investimentos no mais bem sucedido leilão de blocos de exploração de petróleo em águas profundas desde a abertura do setor de energia em 2013.

A Royal Dutch Shell, segunda maior companhia de petróleo do mundo, foi a mais agressiva e obteve nove dos 19 blocos vendidos na quarta-feira - quatro deles como única operadora, quatro em consórcio com a Qatar Petroleum International e um junto com a estatal Petróleos Mexicanos (Pemex).

A PC Carigali, uma subsidiária da estatal Petronas da Malásia, faz parte de seis ofertas vencedoras, a Qatar Petroleum de cinco e a Pemex de quatro. Com isso, agora são mais de 60 o número de companhias comprometidas em desenvolver campos de hidrocarbonetos promissores do México em um momento que a produção encontra-se no menor nível em quatro décadas. No ano passado, a Pemex produziu 1,95 milhão de barris por dia, a primeira vez desde 1980 que a produção do país caiu abaixo de dois milhões de barris por dia.

Os novos blocos devem entrar produção em 2028 e, presumindo que a exploração será bem sucedida, eles devem acrescentar 1,5 milhão de barris por dia na produção nacional em 2032, segundo Aldo Flores, subsecretário de hidrocarbonetos do Ministério de Energia do México.

"Este é um voto de confiança no México", disse Flores. O país latino-americano vai realizar uma eleição presidencial em julho, cuja disputa é liderada pelo esquerdista Andrés Manuel López Obrador. Embora o ex-prefeito da Cidade do México tenha suavizado sua oposição inicial à reforma que abriu o setor de energia, López Obrador e sua equipe têm sugerido que o ritmo de abertura poderá ser desacelerado se ele conquistar a Presidência.

Mas analistas observam que é quase impossível uma reversão da reforma e qualquer mudança não será retroativa. Além disso, será difícil para o novo presidente, seja quem for, abrir mão de um aumento na produção da Pemex, que é uma importante fonte de receita do governo federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás, Ivo Ribeiro e Daniela Meibak | De São Paulo

Título: CSN lança plano para alongar prazo da dívida e ganha respiro

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) deu ontem o primeiro passo para reequilibrar seu perfil financeiro, com um plano de rolagem da dívida que ajudará a empresa a sanar suas finanças nos próximos anos. Um acordo foi fechado com o Banco do Brasil para alongar os vencimentos de cerca de R\$ 8

bilhões em obrigações até 2024 e outro está em vias de ser concluído com a Caixa Econômica Federal, em valor semelhante. Além disso, ela pretende recomprar US\$ 750 milhões em bônus no exterior até março.

Atrelado a esse acordo com os credores, está o compromisso de vender ao menos um ativo de valor relevante, apurou o **Valor**. O mais simples de vender no momento, devido à maior liquidez, é a participação acionária na concorrente Usiminas. Analistas também veem chance de a CSN se desfazer da LLC, uma unidade de laminação de aços planos nos Estados Unidos.

Pelo valor de mercado de ontem, na B3, a fatia na Usiminas poderiam render R\$ 2,66 bilhões. A CSN é dona de 16,4% do capital total, sendo 14,2% de ações ordinárias e 19,8% de preferenciais.

Há dois anos e meio, a empresa informou a intenção de se desfazer de um pacote de ativos. Além de Usiminas, incluía o Sepetiba Tecon, participações em duas hidrelétricas e na MRS, e a fabricante de latas Metalic. Apenas a última foi vendida, por US\$ 100 milhões.

Com o alongamento da dívida, a empresa presidida por Benjamin Steinbruch consegue ampliar os prazos de vencimentos das obrigações - de 26 para 45 meses. Como BB e Caixa são os principais credores da siderúrgica, com cerca de metade do endividamento, a CSN obteve um alívio temporário. Agora, aposta em geração maior de caixa nesse período e dinheiro extra da venda de um ou mais ativos.

A companhia lançou também oferta de recompra dos bônus da dívida no exterior, que têm amortização em 2019 e 2020. Os papéis chegam a quase US\$ 2 bilhões - R\$ 6,3 bilhões - e são outra parte importante do endividamento. Há ainda aproximadamente R\$ 7 bilhões que deve para BNDES, debenturistas e outros. No total, dívida bruta de R\$ 29 bilhões. Sua alavancagem (dívida líquida/Ebitda) era de 5,6 vezes em setembro.

A empresa está disposta a pagar até US\$ 750 milhões pelos títulos, com preferência para os que vencem antes. Caso algum credor não aceite, a oferta passa para os bônus de 2020. Segundo fontes, os recursos devem vir de uma emissão internacional, para a qual já contratou Bank of America Merrill Lynch (BofA), BB Securities, Bradesco BBI e Morgan Stanley. O plano é levantar cerca de US\$ 1 bilhão e sair com o preço de venda até quinta-feira.

O anúncio da CSN levou as agências de classificação de risco Moody's e S&P Global Ratings a elevarem a nota de crédito da companhia, de "Caa2" para "B3" (perspectiva estável) e de "CCC" para "CCC+" (negativa), respectivamente. As

instituições citaram como motivos a perspectiva melhor para os negócios da empresa e o potencial que a rolagem traz para reduzir o custo de capital.

Mas a situação da siderúrgica está longe de ser confortável. Mesmo com o alongamento de prazos e o plano de recompra, sobrariam ao menos R\$ 12,5 bilhões a serem pagos até 2020. O caixa da CSN era de R\$ 4,3 bilhões ao fim do terceiro trimestre, último balanço disponível.

O Credit Suisse classificou o acerto com os bancos como "abaixo do esperado pelo mercado". Mesmo assim, os analistas Ivano Westin, Renan Criscio e Rafael Cunha, que assinaram relatório, viram o evento como positivo. Leonardo Correa e Gerard Roure, do BTG Pactual, disseram que faltam informações para análise mais profunda, mas avaliam que o cenário já é melhor para a siderúrgica.

As ações da CSN subiram 1,18% ontem, para R\$ 11,12. No acumulado de 2018, os papéis sobem 32%. O BTG e o Credit têm recomendação neutra, com preços-alvo de R\$ 11 e R\$ 10,50.

Com a recuperação do mercado de aço no Brasil e a sustentação dos preços do minério de ferro em patamares maiores do que se esperava, os resultados da empresa já davam sinais de melhora no ano passado. O BTG acredita que neste ano no mínimo R\$ 1 bilhão de caixa livre deve ser gerado. Todavia, o mercado ainda está ansioso por desinvestimentos. **(Colaboraram Marcelle Gutierrez, Paula Selmi e Sérgio Tauhata)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: BR recupera força da marca após danos da Lava-Jato

Abalada pelas denúncias de corrupção levantadas pela Lava-Jato nos últimos anos, a imagem da BR Distribuidora começa a se recuperar entre os consumidores. Pesquisa feita pela consultoria CVA Solutions indica que, menos de dois meses após a estreia da companhia na B3, a força da marca BR voltou a ser a mais forte do mercado de distribuição, posto perdido para a Ipiranga nos dois últimos anos.

A força da marca é medida pela diferença entre a atração e a rejeição a uma marca perante clientes e não clientes. Segundo o sócio-diretor da CVA, Sandro Cimatti, a avaliação da BR Distribuidora, líder de vendas de combustíveis no país, melhorou nos dois quesitos, no universo de cerca de 6 mil entrevistados pela consultoria em janeiro. O índice de rejeição à companhia só não é mais baixo do que o da Ipiranga.

"A BR foi a marca mais forte do mercado até 2015, mas foi contaminada pela Lava-Jato. Existe uma transferência da imagem da Petrobras para a BR e, nos últimos tempos a Petrobras vem dando sinais favoráveis de que está em ordem. O consumidor pode não saber que a BR passou por um IPO (abertura de capital), mas sabe de maneira geral que a empresa não está caindo no poço, e sim está saindo dele. Tem também todo o esforço feito na mídia", avalia Cimatti.

Procurada, a BR atribuiu a melhoria da imagem a uma série de ações implementadas em 2017 e que a distribuidora pretende acelerar neste ano. A companhia destaca os investimentos feitos na rede de postos, a renovação de parcerias com os revendedores e a ampliação dos pontos de venda.

A Ipiranga, por sua vez, permaneceu na liderança na avaliação do valor percebido pelos consumidores (relação custo-benefício percebido pelos clientes, ante a concorrência). A BR é a terceira nesse ranking, atrás ainda da Shell. A companhia, controlada pela Petrobras, melhorou em alguns itens, mas os preços praticados pela empresa nos combustíveis ainda são percebidos pelos clientes como piores do que a da concorrência.

Nos lubrificantes, a Petrobras, com a marca Lubrax, segue líder, com 17,6% da preferência dos consumidores, seguida da Mobil (12%) e Castrol (9,9%). De acordo com a pesquisa, no entanto, 27,1% dos entrevistados não sabem ou não se lembram da marca que utilizam nos seus carros.

Já a Ipiranga segue líder em fidelização e na atração de consumidores para as lojas de conveniência: 59,1% dos clientes da empresa do grupo Ultra participam do programa de fidelidade (contra 41,6% nos postos BR e 23,1% na rede da Shell). O estudo mostra também que 61% daqueles que frequentam os postos Ipiranga consomem nas lojas de conveniência (ante 50,5% na BR e 53,7% na Shell). O estudo ressalva, no entanto, que a BR Mania é a loja preferida dos consumidores.

"Imagino que, com a nova governança [após listagem na B3], a BR continuará melhorando sua participação na conveniência e nos programas de fidelidade, mas ela permanece atrás da Ipiranga ainda. A Ipiranga é um 'benchmarking', tem uma mentalidade de varejo, mas acredito que a BR possa se aproximar mais dela. É uma tendência natural, se o trabalho que está sendo feito para recuperar a Petrobras for mantido", comenta Cimatti.

O consultor pontua que as lojas de conveniência são, hoje, a chave do sucesso para os postos de combustíveis. Dos 6 mil entrevistados, metade frequenta as lojas. E dentre os frequentadores, cerca de 40% deles também lavam o carro e

trocam o óleo (entre os não adeptos das lojas de conveniência, esses percentuais caem para menos de 30%).

"Quem usa a loja de conveniência dá uma nota melhor para o posto e dá mais lucro, pois lava mais o carro e troca mais o óleo. Os postos têm que continuar investindo na sua marca, nas lojas de conveniência, na venda de serviços e nos programas de fidelidade. As lojas de conveniência agregam faturamento e aumentam a rentabilidade, através da venda cruzada de lavagem e lubrificantes. E para fidelizar, os postos devem investir e apostar nos programas de recompensa", comenta Cimatti.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Das agências internacionais

Título: Shell e ConocoPhillips anunciam lucro no 4º tri de 2017

A petroleira anglo-holandesa Royal Dutch Shell e a americana ConocoPhillips fecharam o 4º trimestre de 2017 no azul. A Shell informou lucro líquido de US\$ 3,807 bilhões no período, alta de 2,5 vezes em relação aos US\$ 1,541 bilhão registrados no 4º trimestre de 2016. O número veio abaixo do estimado. A expectativa do mercado era de que a empresa registrasse lucro de US\$ 4,24 bilhões, segundo levantamento realizado pela consultoria Vara Research. Na mesma base de comparação, a receita cresceu 32%, de US\$ 64,767 bilhões para US\$ 85,422 bilhões.

Segundo a petroleira, o resultado foi beneficiado pelo aumento nos preços do petróleo e gás, do desempenho do setor de refino e maior produção de campos novos, compensando a queda na atividade de campos já em atividade e desinvestimentos.

A divisão de exploração e produção registrou lucro operacional de US\$ 2,050 bilhões, alta de 58,5%, por conta da venda de ativos, principalmente no Mar do Norte do Reino Unido, e ganhos tributários, que geraram US\$ 1,129 bilhão e compensaram o efeito negativo de US\$ 1,089 bilhão oriundos da reforma tributária dos Estados Unidos e US\$ 259 milhões em reajustes contábeis. Na divisão de refino e abastecimento o lucro operacional caiu 29%, a US\$ 1,116 bilhão, com o impacto negativo de US\$ 121 milhões vindos da reforma tributária americana e a provisão de US\$ 89 milhões do processo de reestruturação do setor. No acumulado de 2017, o lucro aumentou 2,8 vezes, para US\$ 12,977 bilhões, e a receita cresceu 30,6%, para US\$ 305,179 bilhões. Excluindo estes itens, o lucro operacional cresceu 4%, para US\$ 1,396 bilhão.

A ConocoPhillips reverteu o prejuízo registrado no quarto trimestre de 2016 e obteve lucro líquido de US\$ 1,579 bilhão no mesmo período de 2017. Segundo a empresa, o lucro foi beneficiado por um benefício fiscal de US\$ 900 milhões oriundo da reavaliação de créditos tributários, após a aprovação da reforma tributária nos Estados Unidos. Também beneficiou o resultado a resolução de uma arbitragem no Equador. A receita total nos últimos três meses de 2017 cresceu 20,4%, de US\$ 7,254 bilhões para US\$ 8,736 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério perde força

O minério de ferro fechou ontem com queda de 0,1%, cotado a US\$ 72,88 a tonelada, no quinto dia seguido de queda. O levantamento é da "Metal Bulletin", com referência no produto de pureza média de 62% entregue no porto chinês de Qingdao. O motivo da queda seria a desconfiança sobre a sustentabilidade dos altos níveis da commodity. Após subir em janeiro pelo terceiro mês consecutivo - uma leve alta de 0,4% -, é possível que em fevereiro já se inicie a virada de tendência. Mesmo assim, no ano até agora, a cotação média é de US\$ 75,70, ante US\$ 65,50 no quarto trimestre e US\$ 71,42 em 2017 como um todo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: André Ramalho e Camila Souza Ramos | Do Rio e de São Paulo

Título: Decreto do RenovaBio sairá antes de junho

O decreto que definirá qual será o órgão responsável pelo estabelecimento das metas nacionais anuais de emissões de gases de efeito estufa a serem cumpridas pelo segmento de distribuição de combustíveis, conforme previsto na lei do RenovaBio, deverá ser publicado antes de junho. Foi o que afirmou ontem **Márcio Félix, secretário de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME)**.

"Achamos que o decreto sai antes [do prazo legal de junho]", disse Félix. Ele chegou a sinalizar que o documento pode ser publicado em março. "Não temos a obrigação de publicar no próximo mês, mas queremos concluir o quanto antes. Precisa conversar, ter dialogo, não adianta também sair um decreto com

problemas depois", completou Félix, a jornalista, após participar de evento da FGV no Rio.

A minuta do decreto que estabelece a governança do RenovaBio, por sua vez, já foi elaborada pelo MME e deve ser publicada ainda em fevereiro. A lei que trata da política nacional de biocombustíveis prevê que as metas nacionais precisam ser definidas 180 dias após a sanção da lei - ou seja, até 24 de junho.

Há debates dentro do governo sobre qual órgão terá competência para definir as metas: se o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). O CNPE é coordenado pelo MME, que elaborou o RenovaBio, e conta com a participação de oito ministérios - entre eles a Fazenda e o Planejamento -, além da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e de representantes civis. Já o CIM é coordenado pela Casa Civil e composto por 16 ministérios, mas sem participação da sociedade.

As metas individuais, desdobradas a partir das metas nacionais e que serão atribuídas a cada uma das mais de 230 distribuidoras, só serão definidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2019, segundo o diretor Aurélio Amaral. Ele explicou que essas metas serão definidas com base no market share das companhias e nos dados de movimentação de combustíveis.

Segundo Amaral, a agência já está se organizando para a regulamentação do RenovaBio. Neste semestre, a ANP pretende editar uma resolução que conterá os requisitos para o credenciamento das firmas inspetoras responsáveis pela certificação dos produtores de biocombustíveis, que emitirão os certificados de biocombustíveis (CBios). Uma segunda resolução, prevista para ser editada no segundo semestre, conterá as regras de comercialização dos CBios na B3.

Pelas diretrizes do RenovaBio, os CBios serão atribuídos aos produtores de biocombustíveis pelas firmas e adquiridos pelos distribuidores de combustíveis para que elas alcancem as metas de emissão de gases de efeito estufa.

Amaral destacou que, pelo arcabouço da governança em discussão no governo, o MME e a EPE ficarão responsáveis pela modelagem dos CBios.

"No primeiro ano a meta vai ser mais suave", disse Félix. "A ideia é que o RenovaBio traga previsibilidade de como o setor vai se comportar ao longo dos próximos dez anos", completou.

O setor privado está atento à definição das metas, que devem modular o grau de incentivo aos investimentos nos próximos anos. "A meta não pode ser nem ousada demais, nem tímida demais", defendeu Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Segundo ela, enquanto uma meta muito ambiciosa pode ficar "além da capacidade dos setor reagir", uma meta tímida pode repetir o problema do mercado de carbono criado pelo protocolo de Kyoto, que "não tinha demanda".

Ela também manifestou preocupação com a possibilidade de que a modelagem abra espaço para um controle de preços. "O Brasil tem uma memória inflacionária. Mas eu me preocupo com a memória inflacionária e do controle de preços", afirmou.

Para o setor de biodiesel, o programa deve incentivar a instalação de seis usinas até 2020 e mais 20 até 2025, elevando o parque instalado do país para 77 usinas. Além disso, o segmento deve buscar matérias-primas com menor pegada de carbono, como a macaúba, segundo Donizete Tokarski, diretor-superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Nathália Larghi | De São Paulo

Título: Gestores indicam estatais, varejistas e setor financeiro

Sugeridas por cinco corretoras, as ações preferenciais da Petrobras foram as líderes de indicações para a Carteira Valor do mês de fevereiro. O setor financeiro, que havia voltado a se destacar em janeiro, permanece forte, com a presença de B3 ON, indicada quatro vezes e Itaú Unibanco PN e Banco do Brasil ON, apontados por três casas cada um.

Empresas que se beneficiam da retomada do consumo também apareceram na lista. As ações da Via Varejo foram indicadas por três casas e do Carrefour, por duas. A Smiles ON continuou na lista também com duas indicações. Do setor da siderurgia, Gerdau PN segue na seleção, com duas indicações, e Usiminas PNA aparece no portfólio, selecionada por três casas. A outra novidade fica por conta de Copel PNB, que teve duas indicações.

No mês de janeiro, a Carteira Valor teve uma rentabilidade de 15,32% contra 11,14% do Ibovespa. Em 12 meses, o portfólio tem alta de 37,6%. No mesmo período, o principal índice da B3 acumula uma alta de 31,30%.

A justificativa da Bradesco /Ágora Corretora para a manutenção da Petrobras em suas indicações foi pela estrutura de capital mais equilibrada, melhorias regulatórias e ajustes na transferência de direitos sobre áreas do pré-sal. "Embora a velocidade desses direcionadores nos preocupe em termos de desinvestimentos, estamos mais confiantes de que a discussão sobre a

transferência de direitos está finalmente no caminho. Portanto, seguimos com uma visão positiva no médio prazo", afirmou a corretora em comunicado.

Para Glauco Legat, analista da Spinelli, outro fator importante para a escolha da estatal é a percepção de recuperação nos preços do petróleo, baseados em um cenário econômico mais forte. Ele também destaca a boa gestão promovida pelo presidente Pedro Parente. "Ele apresenta bons resultados, tem o programa de desinvestimentos e também o IPO [abertura de capital] da BR Distribuidora, que apesar do valor baixo inicial, já teve uma forte valorização", diz.

Outra estatal que entrou na carteira foi a Copel, companhia paranaense de energia. Também na lista da Spinelli, Lecat justifica a escolha afirmando que a empresa está "descontada", com um valor mais baixo do que realmente vale e, com isso, tem perspectiva de alta.

Para a Magliano, a justificativa é que a companhia foi orientada pelo governo estadual a reduzir seu programa de investimentos, visando readequar a estrutura de capital. "Vemos potencial para a empresa, que não se apresenta prejudicada como a Cemig em relação a dívidas e pode tirar proveito disto, ampliando sua carteira de ativos ou até promovendo venda de ativos para reestruturar seu foco de negócios", diz a corretora em nota.

No setor financeiro, as ações ordinárias da B3 foram as mais indicadas, com quatro sugestões. O Bradesco afirma ver "novos fatores que poderão impulsionar investimentos privados, beneficiando diretamente o giro de negócios do mercado de ações, assim como também é o caso dos negócios com títulos de renda fixa". O banco também destacou a conclusão do processo de integração com a Cetip, o que deve trazer ganhos potenciais de sinergia.

Filipe Villegas, analista da Genial Investimentos, afirma que optou pelas ações da empresa por perceber um maior potencial de ganho do que em outras do setor financeiro devido justamente ao bom momento do mercado de investimentos. Para ele, esse cenário pode promover mais ganhos para a ação da B3 do que eventuais bons resultados operacionais dos bancos, por exemplo.

Legat, da Spinelli, também destaca que a recuperação econômica que fazer com que mais empresas procurem se capitalizar na bolsa.

As preferenciais do Itaú Unibanco foram mantidas na carteira de três casas. Ricardo Peretti, estrategista da Santander Corretora, afirma que a expectativa é que o banco registre forte crescimento no ano. Ele ainda afirma que vê espaço para a ação se valorizar mais. "Para o investidor que já surfou uma boa alta no começo de 2018, ainda vemos como bom risco-retorno", diz.

A Ativa também justifica sua escolha pelos resultados, que têm histórico de surpreender positivamente. "Esperamos que uma melhora na atividade econômica do país e o ciclo de baixa na taxa de juros possam melhorar o cenário para o setor bancário no Brasil", afirma a corretora em nota.

O Banco do Brasil foi mantido em duas carteiras e entrou no portfólio de uma casa. A justificativa do Bradesco para a manutenção das ações foi a projeção de 20% no crescimento dos lucros em 2018. A inadimplência será menor e deve resultar em um custo de risco inferior ao de 2017.

Para a Guide, que também manteve as ações, as estimativas do resultado do quarto trimestre de 2017 são altas, com destaque para a queda das provisões para perdas com devedores duvidosos e a continuidade das medidas voltadas para controle de custos e despesas, além da perspectiva de retomada da atividade econômica.

A Magliano, que tinha ações da Itaúsa na carteira no mês passado, também destacou os sinais de retomada da economia que podem trazer um cenário positivo para o crédito e, assim, se traduzir em crescimento nas receitas do banco. "Além disso, iniciativas adotadas através da maior utilização de novas tecnologias objetivando melhorar o relacionamento com os clientes tendem também a trazer ganhos operacionais para o banco", diz o relatório da corretora.

No setor de consumo, Via Varejo e Carrefour aparecem na lista. Segundo a Magliano, a opção pelo Carrefour é devido aos resultados consistentes mesmo com um cenário econômico desafiador, além da perspectiva do processo de abertura de novas lojas, ampliação do e-commerce e emissão de cartões de bandeira própria.

Legat, da Spinelli, destacou que o Carrefour tem uma receita alta e é dono de grande parte de seus pontos de venda, o que pode mantê-lo mais seguro do que seus pares. "É uma empresa que fez IPO recente, melhorou sua estrutura de capital e tem um suporte para fazer expansão de novas lojas", disse.

A XP, que optou pela Via Varejo, afirma acreditar que a companhia será uma das grandes beneficiárias do momento de recuperação do consumo. "O ganho na linha das receitas, a alavancagem operacional e os juros menores devem resultar em crescimento forte de lucro", afirma a corretora.

A Ativa, que tirou a BR Malls e colocou a Via Varejo também afirma ter boas perspectivas para o setor. "Gostamos da empresa pelo preço que vem sendo negociada, além das fortes marcas e grande escala nas operações", afirma Phillip Soares, analista da corretora.

Quem também se aproveita de uma retomada do consumo é a Smiles, que teve duas indicações. Para a XP, a companhia deve continuar apresentando bons indicadores operacionais, forte geração de caixa e, conseqüentemente, farta distribuição de dividendos.

Sandra Peres, analista chefe da Coinvalores, também acredita que a empresa deve continuar apresentando números positivos. Ela também destaca o ganho de market share da companhia.

A siderúrgica Gerdau, que voltou a figurar entre as ações selecionadas, teve duas indicações. Sandra, da Coinvalores, afirma que a companhia se beneficia não só da retomada local, como do bom momento econômico dos Estados Unidos, onde a companhia tem forte presença no mercado. A analista ainda afirma que, entre seus pares, a Gerdau é a que está com preço mais descontado e, ao mesmo tempo, é quem tem um melhor desempenho financeiro.

Também do ramo da siderurgia, a Usiminas teve duas indicações. A XP justifica a escolha dizendo estar com o setor e com os resultados operacionais da companhia. "Recentemente as companhias do setor anunciaram fortes aumentos de preços, tanto para as montadoras como para o segmento de distribuição, reforçando que 2018 deve ser mais um ano de expansão do desempenho e lucratividade", afirmou a corretora.

A partir de agora a Carteira Valor conta com uma nova ferramenta no site do **Valor**. Nela, as indicações podem ser encontradas em tempo real, com delay de 15 minutos. O endereço para acessar a ferramenta é: www.valor.com.br/carteira-valor.

MME / ASCOM .